

# A METODOLOGIA TÍPICO-IDEAL WEBERIANA E O BEHAVIORISMO EPISTEMOLÓGICO RORTYANO

João Batista Domingues Filho<sup>1</sup>

## RESUMO

Elaboro a correlação teórica entre a “metodologia típico-ideal” weberiana e o “behaviorismo epistemológico” rortyano. Pretendo comprovar que a sociologia compreensiva traz em si as condições teóricas para sua cientificidade. Para tanto, associo, positivamente, a concepção de “programa de pesquisa científica” criada por Lakatos e a sociologia weberiana. Com o desenvolvimento dessa reflexão associativa, busco demonstrar a negação do “behaviorismo epistemológico” de Rorty, enquanto tese da impossibilidade de a sociologia ser uma ciência do social. Concluo que a pesquisa científica do fenômeno social, moldada pela “metodologia típico-ideal”, é possível, apesar dos ardilosos ataques do cético epistemológico Rorty.

**PALAVRAS-CHAVE:** Weber; Lakatos; Rorty; sociologia compreensiva; metodologia típico-ideal; behaviorismo epistemológico, programa de pesquisa científica; epistemologia; ação social; explicação causal; ciência natural; ciência social.

## ABSTRACT

By establishing a theoretical correlation between the Weberian “typical ideal methodology” and the Rortyan “epistemological behaviorism”, I intend to prove that the comprehensive sociology contains the theoretical conditions for its scientific status. To do so, I positively associate Lakatos’ conception of “scientific research program” with the Weberian sociology. In developing such associative reflection, I search to demonstrate how Rorty’s “epistemological behaviorism” is denied as a theory of the impossibility of sociology being a social science. Despite crafty attacks of Rorty, who is an epistemological skeptic, I conclude that the scientific research of the social phenomenon molded by the “typical ideal methodology” is possible.

**KEYWORDS:** Weber; Lakatos; Rorty; understanding sociology; methodology typical-ideal; epistemological behaviorism, program of scientific research; epistemological; social action; causal explanation; natural science; social sciences.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciência Política. Departamento de Ciência Política-FAFICH/UFMG. Professor da Universidade Federal de Uberlândia-DECIS/FAFCS/UFU. Doutorando Sociologia e Política-FAFICH/UFMG. Email: [sadora@uol.com.br](mailto:sadora@uol.com.br)

**"Os deuses tinham condenado Sísifo a empurrar sem descanso um rochedo até ao cume de uma montanha, de onde a pedra caía de novo, em consequência do seu peso. (...) Sísifo vê então a pedra resvalar em poucos instantes para esse mundo inferior de onde será preciso trazê-la de novo para os cimos. E desce outra vez à planície."<sup>2</sup> Albert Camus.**

Rorty (1994:367) tem a crença de que o filósofo está condenado a uma tarefa de Sísifo, quando trabalha para separar essência e aparência, buscando uma essência que explicaria a existência humana separada das incertezas da vida cotidiana. É a filosofia como espelho da natureza: filosofias da representação, fundacionalistas ou essencialistas. Ao constatar que essa tarefa do filósofo é inútil, deseja conscientizá-lo do círculo trágico em que está preso: quando acredita ter alcançado o "cume" da essência vê todo seu esforço analítico "resvalar em poucos instantes para esse mundo inferior" da vida diária de todo homem. Rorty prega que o filósofo não deve sair da "planície" que é a existência humana. Acredita que no mundo da "planície humana" é possível filosofar, não o fazendo de forma "inferior". Portanto, rejeita a separação entre natureza e a cultura, como também, entre ciência e a ideologia, isto é, a metafísica dos dualismos. A tarefa filosófica está no campo da filosofia analítica. Batiza sua reflexão de "behaviorismo epistemológico" como a única maneira alternativa à filosofia errante que busca, permanentemente, o "cume da essência". Esta perspectiva filosófica apregoa que o conhecimento é verdadeiro quando serve aos nossos objetivos. Para Rorty (1994) não existe um suporte exterior (ciência, por exemplo) ao diálogo humano, a partir do qual é possível deduzir critérios finais de verdade. Os contextos sociais reproduzem incessantes debates de atores históricos que não se traduzem em verdade, mas em acordos sobre como deve funcionar e operar as metas acertadas. Os juízos sobre quaisquer coisas estão presos às dimensões política e histórica da existência dos humanos.

Explorar as idéias provocativas de Rorty pode ser interessante para a discussão sobre a produção de conhecimento na sociologia, como ciência empírica. Os problemas epistemológicos envolvidos no programa analítico "behaviorismo epistemológico" são úteis para uma reflexão a respeito da tradição sociológica weberiana, ou seja, a sociologia compreensiva, frente aos mesmos problemas. O interesse, enfim, é o de discutir as relações entre o "behaviorismo epistemológico" e a epistemologia de Weber

Para tanto, este ensaio percorrerá as seguintes etapas: Primeiro: a discussão das teses de Rorty a respeito da produção de conhecimento sobre o mundo natural e social. Segundo: relação, aproximação e rejeição entre Weber e Rorty. Terceiro: apresentar o projeto de produção de conhecimento de Lakatos denominado "programas de pesquisa científica". Da perspectiva de Lakatos é possível, ao mesmo tempo, o questionamento das idéias de Rorty sobre epistemologia e a apresentação da sociologia Compreensiva como um Programa de Pesquisa. Para concluir, uma breve reflexão, em decorrência da discussão anterior, sobre a dissociação recorrente entre ciência natural e ciência humana, quando está em jogo a explicação científica em sociologia.

## **I - RORTY E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**

---

<sup>2</sup> CAMUS, Albert. **O Mito de Sísifo**. Lisboa: Edição Livros do Brasil, sd, pp.147 e 149.

**"Mas quem fosse inteligente lembrar-se-ia de que as perturbações visuais são duplas, e por dupla causa, da passagem da luz à sombra, e da sombra à luz".<sup>3</sup> Platão.**

A suspeita de Rorty sobre a distinção entre realidade e aparência é o pilar central de toda sua argumentação crítica daquela epistemologia que se traduz nessa separação analítica. Assim, "as perturbações visuais" desse filósofo engendram uma série de críticas sobre como a epistemologia poderia gerar a "passagem da sombra à luz", ou seja, da ignorância à explicação científica. Acompanhá-lo nessa empreitada é difícil, com certeza, por causa dos inúmeros meandros filosóficos envolvidos em sua defesa do "behaviorismo epistemológico". Não se pretende aqui destrinçar o pensamento deste filósofo, mas apenas destacar de seu pensamento aqueles pontos negadores da interseção entre epistemologia e explicação científica. Sem epistemologia, caso Rorty tenha razão, a explicação científica não tem base para justificar a explicação causal, como critério de verdade. Por isso, várias das suas justificativas que são longamente sustentados em outros filósofos, ao longo da história da filosofia, aparecerão, mas, sem a origem e o desenvolvimento filosófico, realizado extensamente por ele em sua argumentação.

Deste modo, o primeiro momento da discussão será ordenado a partir da reflexão de Freitas em seu estudo: "A desforra de Hume", onde encontra uma adequada organização de idéias de Rorty, que interessa aqui ser desenvolvida. Freitas destaca que sua elaboração de uma radical rejeição da epistemologia. Isto é, a negação de que o conhecimento é o resultado da organização mental (representação) das experiências entre o homem e o mundo. Para Freitas (2000:24), o "behaviorismo epistemológico":

**"refere-se à idéia de que não há nada a ser dito a respeito do conhecimento a não ser aquilo que possa vir a resultar de alguma investigação sócio-histórica sobre os modos pelos quais as pessoas justificam suas crenças - ou sobre os modos pelos quais elas vêm a ser autorizadas a acreditar no que acreditam".**

É assim que Rorty parte para o ataque radical da epistemologia. Se conhecimento depende, no limite, no modo em que as pessoas concordam em "acreditar no que acreditam", a separação entre realidade e aparência desaparece nessas justificativas usuais entre as pessoas, sobretudo o que envolve suas existências. Vale lembrar que a sociologia, também, se debate com esse problema desde seu surgimento. Isto é, como a sociologia tornar-se uma ciência, entre outras, do ramo social. Ou melhor, a sociologia não deve ser simplesmente reduzida à representação do social, isto é: somatória das crenças das pessoas. A compreensão da dimensão social não deveria ser reduzida ao que concordam ou não as pessoas com um conjunto de justificativas que, por sua vez, dariam ordem e possibilitariam a existência de cada um como ser social. Caso isso ocorresse, sobraria à sociologia a descrição (não explicação) dessa realidade social (do que as pessoas estão concordando ao acreditarem no que acreditam).

O quê está em jogo na existência da sociologia como ciência? É o problema da substituição da pessoa individual enquanto objeto do conhecimento pela sociedade humana. Isto é, explicar a sociedade em termos de regularidades, estruturas e relações funcionais. Aqui, neste ponto, a sociologia encontra a passagem da teoria filosófica do conhecimento

---

<sup>3</sup> PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p.322(518<sup>a</sup>).

para uma teoria sociológica. Para Elias (1980:47) Comte, ao iniciar essa passagem, "anuncia outra 'revolução copernicana'". Neste momento, contudo, é só um lembrete de que a sociologia deve imiscuir-se nessa discussão epistemológica. Nas etapas seguintes, essa discussão será retomada e desenvolvida.

A epistemologia enquanto disciplina responsável pela natureza, origem e limites do conhecimento é o alvo de Rorty. Freitas (2000:26) compreende, enfim, o "behaviorismo epistemológico" como a denúncia de que:

**"qualquer projeto epistemológico concebível, isto é, qualquer esforço no sentido de dizer alguma coisa sobre o conhecimento que seja algo mais do que um relato sobre os hábitos ou sobre as crenças das pessoas está, de saída, fadado ao fracasso".**

Depois que essas críticas de Freitas forem absorvidas, pode-se concordar com a seguinte ponderação do próprio Rorty (1998:16) sobre seu pensamento, ao constatar que "é difícil livrar-se desta acusação de 'relativismo'". Ele não se entrega a essa acusação, obviamente. Apesar de ser, realmente, difícil não tachá-lo de mais um relativista na trincheira contra a epistemologia. Com Freitas (2000:26) descobre-se que esse filósofo:

**"extraíu da idéia correta de que a mente não espelha a natureza, a tese equivocada de que o conhecimento não envolve qualquer forma de espelhamento.**

Pode-se crer que Freitas elaborou uma crítica relevante de Rorty, ou melhor, de sua versão do "behaviorismo epistemológico". Além da crítica correta, Freitas oferece as idéias que interessam para esta reflexão. Acompanhar Rorty em sua argumentação pode ajudar o leitor decidir sobre a crítica de Freitas. Talvez, o pensamento desse filósofo conduza seus leitores ao "beco sem saída" dos estados de coisas particulares, como o mundo possível de compreensão racional, isto é, os hábitos e as crenças individuais são os limites dos critérios possíveis para justificar qualquer conhecimento. Se só existem "crenças" e "hábitos" como critérios de verdade, o conhecimento científico encontra-se, literalmente, num "beco sem saída", pois, tautologicamente, "crenças" só sustentam novas "crenças", não "explicação causal". Rorty acredita que descrever os padrões dos encadeamentos dessas "crenças e hábitos" particulares é o mesmo que produzir conhecimento útil. Ou melhor, é a atividade possível do projeto denominado: "behaviorismo epistemológico". Rorty (1994:25), no livro: **A Filosofia e o Espelho da Natureza** tem a intenção de demonstrar a validade do "behaviorismo epistemológico", a partir da idéia de que

**"as investigações dos fundamentos do conhecimento, ou moralidade, ou linguagem, ou sociedade podem ser simplesmente apoloéticas, tentativas de eternizar certo jogo de linguagem, prática social ou auto-imagem contemporâneos".**

A noção de "fundamentos do conhecimento" é importante para organizar a compreensão do pensamento do autor, como também, o que está, fundamentalmente, em jogo em toda essa pendenga epistemológica. Para Rorty (1994:167), o "esqueleto no armário" da epistemologia, permanente, é a "confusão(...) entre justificação e explicação causal, a confusão básica contida na idéia de 'teoria do conhecimento'". Ele afirma que a epistemologia deve ser entendida como a disciplina que o filósofo utiliza para disciplinar, cientificamente, as outras disciplinas, julgando-as se realizam, adequadamente, a

justificação e a explicação causal, quotidianamente. Deste modo, Rorty (1994:171) conclui que:

**"desde a tentativa de Descartes de tornar o mundo seguro para as idéias claras e distintas, e a de Kant de torná-lo seguro para verdades sintéticas a priori, a ontologia sempre tem sido dominada pela epistemologia".**

A epistemologia vem tentando ser, desde sempre, o "tribunal da razão", diz Rorty (1994:172). A construção do conhecimento racional pressupõe, portanto, a distinção entre o "dado" e a "explicação", "dentro" da mente. A epistemologia é a reconstrução de como se dá a passagem do "dado para a "explicação". A zanga contínua de Rorty (1994:175) é contra a meta da epistemologia, isto é, a compreensão de que o "conhecimento é concebido como representação exata - como o Espelho da Natureza". O "tribunal da razão" deve ser entendido como o contexto ideal de realização do conhecimento, não como o próprio "Espelho da Natureza", existindo enquanto tal. Rorty ao negar esse contexto, nega "qualquer forma de espelhamento", como disse Freitas (2000:26). Se há alguma "forma de espelhamento", existe um contexto epistemológico de fato. Assim, a negação pura e simples da epistemologia, como "tribunal da razão", abre uma brecha nessa filosofia, de maneira a ser possível caracterizá-lo como relativista. Ao procurar negar a existência da epistemologia, o quê se coloca no lugar? Isto é o interessante em seu pensamento! Em sua alternativa à epistemologia, Rorty (1994:176) procura nos convencer de que:

**"se vemos o conhecimento como uma questão de conversação e de prática social, antes que uma tentativa de espelhar a natureza, não seremos passíveis de visualizar uma metaprática que será a crítica de todas as formas possíveis de prática social".**

Qual é o ganho metodológico dessa visão epistemológica? Se o conhecimento é reduzido a "uma questão de conversação e de prática social", pode-se falar de alguma certeza oriunda dessas fontes? Não. Assim, a filosofia como a epistemologia não deve buscar certezas. E o ganho explicativo? Nenhum. O resultado positivo dessa perspectiva é o aumento da liberdade de conversação sobre a vida e tudo o mais. Os conversadores estariam livres do "tribunal da razão", materializado na epistemologia. Será que é isso mesmo? Ou há equívoco em toda essa quizila? Rorty (1994:181) insiste que:

**"o behaviorismo epistemológico(...) é antes a afirmação de que a filosofia não terá nada mais a oferecer que o senso comum (suplementado pela biologia, história etc.) sobre o conhecimento e a verdade".**

Dessa posição radical de negação da epistemologia, a dedução que interessa é a defesa que Rorty (1994:184) faz da idéia de que "não há matriz neutra permanente, segundo a qual os dramas da inquirição e da história são encenados". Depois dessas palavras como não condená-lo à cova dos relativistas? A verdade e a certeza são, no limite, realmente, impossíveis de realização plena. Mas condicioná-las, totalmente, à prática social é relativismo ou não? A pá de cal deve estar na mente do leitor, talvez!

Rorty (1994:186) crê na impossibilidade de uma luta justa entre "o dado" e "o analítico". O quê se deve entender por tal "impossibilidade"? A impossibilidade de que epistemologia sustente a explicação causal, não reduzida às "crenças e hábitos". Daí a redução do conhecimento a uma conversação descritiva do comportamento humano. Não

mais além as idéias dele: frisam que não resta nada para a epistemologia ser ou oferecer, enquanto a maneira de explicar como acontece a busca científica da verdade. O "behaviorismo epistemológico" é a reação contra a busca de fundamentos para a produção de conhecimento. Se o limite dessa crítica caísse sobre os fundamentos das verdades últimas sobre o mundo natural e social, ainda seria tolerável em termos epistemológicos, mas Rorty (1994:311) operacionaliza a idéia de que a "extinção da epistemologia fundamental deixou um vácuo que deve ser preenchido" pelo "behaviorismo epistemológico". Assim, a epistemologia é negada como materialização de um terreno comum para racionalmente construir uma teoria do conhecimento. Não existe esse terreno comum e nem perigo à racionalidade, em seu entender. Ao questionar qualquer necessidade de comensuração, Rorty (1994:313) brinca com a idéia de um "retorno a uma guerra de todos contra todos" no campo epistemológico.

Rorty (1994:314) acredita que o "behaviorismo epistemológico" irá criar uma linha unindo todos numa conversação, sem distinção entre o discurso "normal" da ciência e o discurso "anormal" dos ignorantes. Rorty (1994:326), ainda, bate forte e certo nas certezas científicas afirmando que:

**"somos os herdeiros de trezentos anos de retórica sobre a importância de distinguir nitidamente entre ciência e religião, ciência e política, ciência e arte, ciência e filosofia, e assim por diante. Essa retórica formou a cultura da Europa. Ela nos tornou o que somos hoje. (...) Mas proclamar nossa lealdade a essas distinções não é dizer que há padrões 'objetivos' e 'racionais' para adotá-los".**

Isto é transformado o desenvolvimento da ciência lógico-empirista e a tradição epistemológica em uma seqüência de retóricas ao longo do tempo. A negação da tese de que a mente espelha a natureza, não é plataforma, suficientemente adequada, para Rorty lançar a tese da inexistência de qualquer tipo de Espelho da Natureza. Os cientistas e os filósofos da ciência não representam a confusão entre explicar e justificar, dentro de um campo comum de racionalidade. A lealdade à epistemologia não pode ser reduzida à afirmação de ausência de padrões objetivos e racionais para a separação entre o que é real e o que é ilusão. A citação "trezentos anos de retórica" vale para Rorty conversar sobre retórica, não sobre as distinções elaboradas pela epistemologia. Ele pode estar certo sobre o desenvolvimento da retórica, mas não sobre a epistemologia. As dificuldades de realização de explicações objetivas não podem ser solucionadas com a retórica da impossibilidade da existência do "tribunal da razão". Rorty ao usar a arma da retórica contra a epistemologia confessa sua má compreensão dos trezentos anos de desenvolvimento da epistemologia. Veja um exemplo do desespero argumentativo de Rorty (1994:348), na seguinte apelação retórica:

**"os torturadores e os praticantes de lavagem cerebral já estão, de qualquer modo, numa posição tão boa quanto poderiam desejar para interferir na liberdade humana; o progresso científico ulterior não pode melhorar ainda mais sua posição".**

Por que a busca por espelhar com precisão é traduzida por desejo de intervenção na liberdade humana? Supor distinção entre fatos e valores é conspirar contra a liberdade ou método necessário ao progresso científico? Esse filósofo irrita-se, constantemente, contra todas as distinções elaboradas pela ciência e filosofia, todavia faz junções dos mesmos itens para destruir o progresso científico. Se há progresso, há torturadores e lavagem cerebral,

necessariamente? Esta retórica pode ser denominada de "behaviorismo epistemológico" ou filosofia "edificante". Rorty (1994:366) sintetiza suas idéias:

**"um modo de ver a filosofia edificante como o amor da sabedoria é vê-la como a tentativa de prevenir a conversação de degenerar em inquirição, em um programa de pesquisa. Os filósofos edificantes nunca podem terminar a filosofia, mas podem ajudar a preveni-la de alcançar a trilha segura da ciência".**

Esta briga com os filósofos sistemáticos, sobre como deve ser o exercício profissional do filósofo para criar um ambiente favorável ao vicejamento da "filosofia edificante", a epistemologia e a ciência são tratadas como "saco de pancada", quando Rorty acerta ou erra suas críticas, tanto faz. Sua má compreensão das implicações filosóficas de suas críticas, para o desenvolvimento dos programas de pesquisa científica, tanto na ciência natural, quanto na ciência humana, confirma a dimensão retórica de seu projeto de filosofia edificante. Nas etapas seguintes desse ensaio o que é má compreensão é explicitado. Aqui, nesta fase, suas idéias estão sendo exploradas em si mesmas.

Rorty quer fazer "filosofia edificante", mas reclama que há impedimentos da filosofia sistemática, porque esta procura, no seu entender, a trilha segura da ciência, o quê é a negação do "amor da sabedoria". Ele procura o tempo todo conversar com os inimigos companheiros, os filósofos sistemáticos, para quê? Será que é ingênuo o suficiente em pensar em tirá-los da trilha que estão? Na realidade, não é capaz de elaborar uma "filosofia edificante", mas foi capaz de inventar o "behaviorismo epistemológico" para atenuar os colegas filósofos, publicar livros e dar aula de filosofia, isto é, sobreviver na profissão de filósofo, sem criar a "filosofia edificante" que propaga e ensina como fazer, sem fazer, paradoxalmente.<sup>4</sup> Rorty (1994:370) confirma as impressões anteriores, com as seguintes palavras:

**"a meta da filosofia edificante é antes manter a conversação fluindo que encontrar a verdade objetiva. (...)tendo sentido apenas como um protesto contra tentativas de encerrar a conversação com propostas de comensuração universal através da hipostasiação de algum conjunto privilegiado de descrições".**

Rorty, realmente, é brilhante para manter a "conversação fluindo" contra as possibilidades de avanço no sentido da "verdade objetiva". Há um excesso de drama em sua argumentação: avançar em comensuração causa "tentativas de encerrar a conversação", isto é, impedir os seres humanos de gerarem novas descrições. O que há de relativismo (seres humanos trocando descrições) no "behaviorismo epistemológico" explica a retórica retumbante desse filósofo, quando apresenta as críticas a filosofia sistemática. Ele tem a crença de que é edificante, para qualquer ser humano, perder o norte: a noção de que é possível tentar conhecer a si mesmo e o mundo circundante. Não há esperança "transcendental", não há epistemologia e não há ciência para a "filosofia edificante". Há, na realidade, "crenças e hábitos" operando nos mais variados padrões, isto é, não há o "norte" da "explicação causal" verdadeira, tanto como a base da produção do conhecimento científico, como o fim (norte) ideal, imaginário, a ordenar as atividades dos cientistas. Por

---

<sup>4</sup> Ver Rorty (1998:25) associando progresso filosófico com a necessidade da filosofia tornar-se mais criativa. Para ele, só alguns filósofos, "em cada geração(...) vislumbraram uma possibilidade ainda não realizada." E conclui: "o restante de nós - os trabalhadores braçais(...)fazer uso do que estes criativos pioneiros deixaram como refúgio(...). Fazemos o trabalho sujo. (...) Nós também fazemos muito trabalho pedagógico, de divulgação e popularização". Rorty está, portanto, adaptado à comunidade filosófica, sistematicamente.

negar a epistemologia como "norte", Rorty (1994:377) se debate na rede da filosofia sistemática, tomando como objeto de sua crítica o fato da epistemologia emergir

**"como a essência da filosofia sistemática. Pois a epistemologia é a tentativa de ver os padrões de justificação dentro do discurso normal como mais do que apenas tais padrões. É a tentativa de vê-los como enganchados a algo que requer compromisso moral - Realidade, Verdade, Objetividade, Razão".**

Ainda preso à rede da filosofia sistemática, Rorty (1994:385) é realista: "aconteça o que acontecer, entretanto, não há perigo de que a filosofia 'chegue a um fim'". Ele tem razão, sua teoria do conhecimento pode ser um fracasso, mas não a possibilidade de crítica à noção de verdade universal ou do seu desenvolvimento como reificação. Todavia, Rorty (1998:20) define "o progresso científico simplesmente como uma crescente habilidade de fazer predições", mas não é a confirmação da existência de "nenhum teste para o explanans distinto de nosso teste para o explanandum". Daí conclui que ciência faz predições, mas não "captura corretamente a realidade", pois quando diz que captura, ele diz que é "um encantamento e não explicação", pela inexistência de distinção entre o que é o "explanans" (o que já se explica) e o "explanandum (o que deve ser explicado). Este é um ponto problemático para a sociologia enfrentar, enquanto ciência empírica. O desafio para a epistemologia é o de distinguir objetivamente, numa relação causal, explanans e explanandum, aproximando da verdade. Rorty (1998:28) vai na direção contrária declamando que é preciso "conceber primazia à imaginação sobre o intelecto argumentativo, e ao gênio sobre o profissionalismo". Deste ponto, passa-se para a etapa seguinte.

## **II - SOCIOLOGIA COMPREENSIVA E BEHAVIORISMO EPISTEMOLÓGICO**

**"É difícil, portanto, para um homem em particular desvencilhar-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Chegou mesmo a criar amor a ela, sendo por ora realmente incapaz de utilizar seu próprio entendimento, porque nunca o deixaram fazer a tentativa de assim proceder. Preceitos e fórmulas, estes instrumentos mecânicos do uso racional, ou antes do abuso, de seus dons naturais, são grilhões de uma perpétua menoridade".<sup>5</sup> Kant.**

Tanto Rorty quanto Weber estão embrenhados em tentativas de explicar por que o homem, apesar da disponibilidade dos meios racionais de compreensão do mundo, continua impotente para se "desvencilhar da menoridade", isto é, "utilizar seu próprio entendimento". O sociólogo vai separar a explicação científica e as visões de mundo, que esse "homem particular" materializa em si, de modo que a sociologia possa estabelecer relações causais, no sentido de atribuição causal entre fenômenos sociais. O filósofo vai adotar, analiticamente, o "homem particular", como seu objeto de conversação, para

---

<sup>5</sup> KANT, Immanuel(1724-1804). "Resposta à Pergunta: Que é 'esclarecimento'?( 'Aufklärung')". **Textos Seletos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1974, p.102.



convencer-se de que é possível "utilizar seu próprio entendimento" de maneira a eliminar os "grilhões de uma perpétua menoridade". As aproximações e rejeições mútuas serão explicitadas em função do problema da explicação em sociologia, frente às implicações epistemológicas geradas pelo "behaviorismo epistemológico". A questão chave envolvida no que possa existir de relação teórica entre Weber e Rorty, diz respeito à problemática dos "valores", na explicação sociológica. A superação do desafio enfrentado pela sociologia compreensiva, para ser considerada ciência, encontra-se na metodologia<sup>6</sup>, isto é, como tratar a questão dos "valores" em sociologia. A posição de Weber pode ser confrontada com a tese de Rorty (1997:61) de que "as ciências humanas não podem ser tão 'livres de valores' quanto às ciências naturais, ou que os sociólogos (...) ainda não encontraram seus paradigmas". Eis o problema: a investigação da sociedade é ou não é diferente da investigação do mundo natural? Este é o centro da discussão a ser desenvolvido a seguir.

Para tanto, Popper (1975:33) indica o método crítico adequado para colocar à prova uma teoria. Assim, após acompanhar Rorty em sua teoria nova (parte I), formulada em termos do "behaviorismo epistemológico", pode-se compará-la com outra teoria, para tirar algumas conclusões por meio de deduções lógicas, "de modo a descobrir-se que relações lógicas (equivalência, dedutibilidade, compatibilidade ou incompatibilidade) existem no caso". Neste texto deve-se tomar o termo teoria como paradigma, isto é, conjunto de proposições ou enunciados metateóricos da realidade. De outra maneira, trata-se de uma teoria *stricto sensu*: um conjunto de proposições encadeadas uma às outras confrontando com a realidade.

Daí a interrogação: a sociologia pode aspirar à objetividade científica? Esta pergunta apresenta a dimensão analítica delimitadora da reflexão em curso. Por um lado, a questão referente às equações sociopessoais (padrões de crenças e hábitos) para provar a impossibilidade da sociologia em realizar-se como ciência do social, dado que, em sociologia, "a lógica da descoberta científica" não obedece a princípios semelhantes às ciências naturais, pois há uma diferença em termos da natureza do objeto. Rorty (1998:20) hesita em reconhecer a sociologia como ciência, porque não é capaz de predizer algo, ao dizer que "a predição é uma condição necessária para colocarmos algo em caixa com o rótulo de 'ciência'".

Do lado do Weber, há a construção de uma teoria sociológica que permite o conhecimento científico da ação humana. A ação humana é explicável em consonância com o conhecimento "nomológico". O instrumento metodológico, para tanto, é o "Tipo Ideal" (conceito fundamental no embate analítico em curso). A sociologia compreensiva enquanto conhecimento "nomológico" (regularidades observadas) possibilita inferências causais da ação social, apesar dos sociólogos estarem sujeitos à influência de equações pessoais e sociais. Assim, parece evidente a delimitação da reflexão que será desenvolvida a seguir.

A sociologia weberiana, no que vai ser exposta aqui, é uma negação do "behaviorismo epistemológico", justamente porque ao explicar "crenças e hábitos", não se reduz, simplesmente, a uma descrição dos diálogos entre os atores sociais sobre como operaram suas existências sociais. A produção de conhecimento em sociologia não é "ideologia" (visão de mundo). Para Rorty (1994:25)

---

<sup>6</sup> Ver BOUDON, R.&BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993, p. 336-341. "Metodologia designa, aqui, não as técnicas da investigação empírica e da análise de dados, mas a atividade crítica que se aplica aos diversos produtos da pesquisa social. Deste modo, metodologia aplica-se a trabalhos de orientação teórica e é uma dimensão essencial da atividade do sociólogo".

**"as investigações dos fundamentos do conhecimento, ou moralidade, ou linguagem, ou sociedade podem ser simplesmente apoloéticas, tentativas de eternizar certo jogo de linguagem, prática social ou auto-imagem contemporâneos".**

A sociologia compreensiva torna possível a explicação causal e não pode ser reduzida a um "eternizar (...) prática social", como "auto-imagem". Rorty (1994:341) localiza as ciências sociais na "caixa" dos discursos incomensuráveis, dado que seu objeto de estudo foge à explicação causal, pois "as pessoas sempre serão de algum modo tão pegajosas e escorregadias (...) que escaparão à explicação 'objetiva'". Parece que, para o "behaviorismo epistemológico", o produto científico da sociologia são os discursos incomensuráveis. Rorty (1994:330) corrobora essa idéia ao afirmar que

**"na visão que estou recomendando poderíamos, numa época imaginária em que o consenso nessas áreas fosse quase completo(...)poderíamos, então, relegar as áreas mais passíveis de debate da crítica literária, química e sociologia ao reino do 'não-cognitivo', ou 'interpretá-las operacionalisticamente', ou 'reduzi-las a uma ou outra disciplina 'objetiva'. A aplicação de honoríficos tais como 'objetivo' e 'cognitivo' nunca é nada mais que uma expressão da presença de, ou da esperança pela concordância entre inquiridores".**

Deste modo, a demarcação da sociologia como ciência empírica é negada. O desconhecimento ou apreensão da metodologia weberiana permite tais arroubos epistemológicos. Mas, ao mesmo tempo, as idéias de Rorty sobre a sociologia são "compradas" por muitos sociólogos que defendem a tese de que nas ciências sociais a explicação é problemática, pois é impossível explicação causal em sociologia. Esta tese é traduzida em termos da discussão sobre os "problemas metodológicos das ciências sociais": concordam ou não com os "honoríficos tais como 'objetivo' ou 'cognitivo'". O debate epistemológico contido na literatura metodológica diz muito mais sobre oferta pulverizada de teorias ("esperanças pela concordância entre inquiridores"), do que sobre a capacidade de produção de metodologia científica.

Os cientistas sociais muitas vezes repetem teses comuns às de Rorty, ao acreditarem que as ciências sociais estão no "reino do não-cognitivo", porque (1): as ciências sociais estudam eventos que são determinados por inúmeros fatores. A complexidade é tal que é impossível mensuração; (2): o objeto das ciências sociais tem consciência de si, podendo frustrar, deliberadamente, qualquer tentativa de impor um sentido à ação social; (3): não é possível elaborar modelos teóricos testáveis, dado que não se faz experimentos controlados com sujeitos humanos; e (4): não ocorre a repetibilidade, isto é, numa sociedade humana não é possível repetir situações passadas, com experimentos análogos a um experimento em física. O relativismo metodológico é a saída mais comum que os defensores do "honorífico" "objetivo" para o estudo do social. Aí são rortyanos epistemológicos: defensores de uma sociologia behaviorista, pautada pelo "behaviorismo epistemológico" ou filosofia "edificante". Se é assim, as ciências sociais devem, ao mesmo tempo, parar de tentar ser "ciência" e resignar-se ao relativismo metodológico. Ou melhor, às atividades 'não-cognitivas' das interpretações da vida social. Em Rorty (1994:174) pode-se encontrar uma argumentação que sustentaria as teses anteriores da impossibilidade da explicação científica da sociedade, quando afirma que

**"se não temos a distinção entre o que é 'dado' e o que é 'acrescentado pela mente', ou entre o 'contingente'(porque influenciado pelo que é dado) e o 'necessário'(porque inteiramente 'dentro' da mente e sob seu controle), então não iríamos saber o que iria contar como 'reconstrução**

racional' de nosso conhecimento. Não saberíamos qual poderia ser a meta ou o método da epistemologia".

É assim que se alimentam as mentes dos cientistas sociais que acreditam que a problemática do "verdadeiro" sentido da ação social reduz-se uma descrição sofisticada da "prática social", dada a impossibilidade de distinção entre o "dado" (social) e a explicação causal das "relações sociais". Portanto, não há "método da epistemologia" para as ciências sociais. Como a metodologia weberiana refuta as principais teses de Rorty? É o que vem a seguir.

A escolha do ensaio de Weber (1993:155): **"Estudos Críticos Sobre A Lógica Das Ciências Da Cultura (1906)** sinaliza quais aspectos do pensamento de Weber será explorado. Isto é: a possibilidade objetiva de explicação causal nas "ciências da cultura". O recurso à compreensão da ação social e a construção de "tipos ideais" ganham sentido como refutações das teses rortyanas da impossibilidade de um "método da epistemologia" em ciências sociais. A laboriosa obra de Weber, envolve as tensões metodológicas, desenvolvidas até aqui, de maneira a ordená-las, frutificamente, par a par a ciência e o social, em termos da sociologia compreensiva. O método weberiano é analítico e generalizante. "Compreensão" não deve ser confundida com hermenêutica do inconsciente social, nem "subjetividade" é a essência de um indivíduo. E ação social (atividade social) não é "comportamento", mas interação subjetiva e objetiva entre agentes sociais.

Por fim, sociologia é uma disciplina interpretativa, mas não se reduz a um "deciframento" da ação social. A sociologia weberiana é racionalista, no sentido de que o homem possui atributos (combinar meios e fins) para dar sentido ao mundo circundante. A sociologia compreensiva não é, efetivamente, psicologismo. Apresentar essas definições ajuda a diminuir os equívocos a respeito da sociologia weberiana. Ao longo dessa II parte, os termos "tipo ideal" (hipóteses construídas pelo sociólogo: misto de relações abstratas, dados históricos e contingentes) e "compreensão" serão discutidos vários outros detalhes, procurando sempre evitar dificuldades conceituais em torno de Weber, compreendido como sociólogo empírico.

O caminho weberiano é o de encontrar conexões significativas entre "tipos" de ação social, desenvolvendo questões metodológicas e estabelecendo-se como modelo de cientista prático, não filosófico. É neste ponto que Weber pode ser aproximado das controvérsias metodológicas apresentadas anteriormente. A liberdade humana não é um ponto de negação da possibilidade de explicação científica da ação social, isto é, não há subordinação da liberdade (possibilidades de escolhas de ação) com a idéia de irracionalidade. As regularidades são as construções teóricas que o sociólogo impõe à realidade social, transcendentem à ação singular e não se reduzindo a ela. Weber associa racionalidade da ação com atribuição de relações causais e conhecimento nomológico. Portanto o recurso metodológico que costura o programa científico weberiano é a construção do "tipo ideal" (instrumento metodológico), partindo do pressuposto há racionalidade na ação social. Desse modo, Weber oferece uma forma de observação empírica das regularidades nas ações sociais. A "compreensão", assim, é um instrumento de análise, não cristalização dos "valores" da cultura analisada, como acredita Rorty.

Deste ponto, pode-se recorrer ao ensaio de Weber para explicitar as questões apresentadas anteriormente, a respeito das considerações epistemológicas em tela. Neste sentido, Weber (1993:156) chama atenção para o fato de que:

**"os resultados mais significativos no campo da teoria do conhecimento especializado são os que se utilizam de imagens mentais formuladas como tipos ideais, com referência às metas e aos procedimentos cognitivos".**

Todavia, a reflexão metodológica não se separa da realidade concreta, girando em si, o que não contribuiria em nada para o desenvolvimento de nenhuma área de pesquisa social. As reflexões epistemológicas "apenas delimitando e resolvendo problemas concretos é que se fundaram as ciências", segundo Weber (1993:157). No caso das ciências sociais, o problema de imputação causal, para Weber (1993:162), "de certo acontecer histórico a ações de homens concretos, devem ser distinguidos nitidamente da questão ou da pergunta pelo sentido e pelo significado da 'responsabilidade' ética". A consideração causal da ação humana (compreender as ações empiricamente dadas) é possível sem a confusão rortyana entre "consideração ética" e "consideração causal". Weber (1993:163) enfatiza que

**"a análise causal de modo nenhum nos proporciona juízos de valor, e um juízo de valor não é, em absoluto, uma explicação causal (Se isto ocorresse) a intromissão do problema da 'liberdade' na metodologia da História, eliminaria por completo o seu caráter de ciência empírica, o que também seria o caso se alguém quisesse introduzir milagres em séries causais".**

Weber (1993:164) afirma, ainda, que "é falsa esta suposição (...) de uma 'liberdade' da vontade(...) é idêntica à 'irracionalidade' da ação, ou seja, que a segunda seria condicionada pela primeira". Se tal condicionamento fosse verdadeiro, a explicação causal na "ciências da cultura" seria impossível, como deseja Rorty. A "irracionalidade da ação" não perturba a "explicação causal", quando recebe o tratamento explicativo, isto é, é comparada com o "ideal de uma ação puramente racional". Weber (1993:165) diz que isso é possível

**"ao formular, sob a forma de uma hipótese, os efeitos que um determinado evento histórico poderia ter produzido, e esta hipótese, em seguida, poderia ser verificada através da indicação de 'fatos'".**

Os "tipos ideais" são elaborados pelos cientistas sociais com o objetivo encontrar relações causais nos processos sociais. Em palavras de Weber (1993:171): "o fato de compreendermos é, sem dúvida, um pré-requisito da conexão causal concreta". Para Weber (1993:175) "é possível considerar cientificamente 'fatos' da vida cultural (...); o fato pode ser incluído diretamente, como tal, numa conexão causal (...); fatos 'históricos' (...) elementos reais de uma cadeia causal". Portanto, as "ciências da cultura" podem conseguir cientificamente, segundo Weber (1993:176): "mediante a análise, a abstração e a generalização, estabelecer por meio da 'interpretação' a razão desta seqüência regular". A análise do "valor" é guia para a interpretação causal, em ciências humanas, ao contrário do que defende Rorty, via "behaviorismo epistemológico". Para Weber (1993:182) a "análise de valor" em questão, na explicação científica, obedece aos mesmos procedimentos metodológicos "que o tratamento separado e específico dos 'químicos', 'físicos' etc dos processos das ciências naturais". Repetindo: "valores" e "normas" sociais funcionam como meios de conhecimento causal (não critério de valor), ou melhor, são considerados do ponto de vista lógico (sua empiricidade), isto é, são conteúdos empíricos possíveis. Os que procuram negar a dimensão científica da explicação nas "ciências da cultura", na verdade, conscientes ou não, confundem "valorar" com "explicar", procurando negar a autonomia do "explicar", exposto por Weber, na sociologia compreensiva. Weber (1993:183), portanto, ensina, que

**""juízo de valor' significa que 'tomo posição' de uma maneira concreta e determinada, em relação a um objeto na sua especificidade concreta, e as fontes subjetivas desta minha tomada de posição, dos meus 'juízos de valor'(...) a consciência de um 'dever ser' que é determinado e configurado concretamente por um 'aqui e agora'. E ao passar do estágio inicial da avaliação atual do objeto ao da reflexão teórico-interpretativa das possíveis relações de valor, e, portanto, ao ir do objeto em questão para um 'indivíduo histórico', isto significa que torno consciente para mim e para os outros, de maneira interpretativa, a forma concreta e individual e, portanto, em última instância, singular, na qual se traduzem certas 'idéias' - ou formulando tudo isso de outro modo(...) eu devolvo, de maneira articulada, os pontos de abordagem de possíveis posições 'valorativas' que o respectivo setor da realidade mostra e, exatamente, por causa disso, merece uma 'significação' mais ou menos universal que deve ser nitidamente distinta da 'significação causal'"".**

A explicação causal para Weber (1993:190), ao contrário de Rorty, não se perde, na sociologia compreensiva, num emaranhado indissolúvel de "valores culturais". O trabalho de imputação causal submete o objeto de estudo ao questionamento do tipo: o que "significa causalmente" em relação a outros objetos de cultura. Deste modo, não se reduz à descrição dos problemas sociais estudados como "crenças e hábitos" em si e presos em si, tautologicamente explicados, como enfatiza Rorty. Weber (1993:198) sintetiza, de maneira explícita e clara qual o "método da epistemologia" subjacente à explicação causal nas "ciências da cultura", o qual Rorty insiste em não enxergar, afirmando

**"o que nós efetivamente queremos saber é o seguinte: por meio de quais operações lógicas conseguimos a compreensão e a sua fundamentação demonstrativa, da existência de uma tal relação causal entre aqueles elementos 'essenciais' do resultado e determinados elementos dentro da infinidade de elementos determinantes. Certamente que não pela simples 'observação' do curso dos acontecimentos(...). Pelo contrário, a imputação se faz na forma de um processo de pensamento que contém uma série de abstrações. Destas, a primeira e mais decisiva é a que, entre os componentes causais e reais do processo, supomos um componente ou vários componentes modificados num determinado sentido, e nós nos perguntamos se, nas condições do curso dos acontecimentos que foram modificadas desta maneira, seria 'possível' esperar o mesmo resultado(nos seus pontos essenciais) ou qual seria o outro a ser esperado".**

Se os cientistas sociais, por acaso compram ou reproduzem trabalhos científicos nos termos do "behaviorismo epistemológico", demonstram, na realidade, incapacidade de seguir ou aprender o "método da epistemologia" weberiana, traduzida em termos do programa de pesquisa: sociológica compreensiva. Além do mais, epistemologicamente, não é preciso se perder em discussões que buscam distinguir ciências naturais das ciências sociais, em termos metodológicos, quando os desafios se limitam às possibilidades da explicação causal. Quaisquer cientistas que conseguem, metodologicamente, agirem como tais, os procedimentos para tanto são os mesmos. Segundo Weber (1993:202):

**"todos eles se apresentam com uma imaginação 'brilhante', 'súbita' e 'intuitiva', 'imaginação e 'intuição' como 'hipóteses' que logo, em seguida, devem passar pela prova da 'verificação factual', isto é, que são investigadas com referência a sua validade através da aplicação do conhecimento empírico já existente e de acordo com a sua consistência lógica".**

Weber (1993:208), ainda, ensina que "a fim de conhecer os nexos causais reais, construímos nexos irrealis". Todavia, para Rorty (1994:341) o social escaparia à explicação "objetiva". Weber oferece um programa de pesquisa sociológico real e factível,

empiricamente. A “filosofia edificante” se perde numa retórica relativista e irreal, perpetuando uma cegueira (compartilhada por sociólogos) quanto às possibilidades de pesquisa científica do social, oferecidas pelo método da epistemologia weberiano: sociologia compreensiva.

Deste ponto, é possível dar mais um passo nessa reflexão no sentido de confrontar as ponderações anteriores com a questão dos "programas de pesquisa científica", elaborada por Lakatos. Isto é necessário para melhor enquadrar, epistemologicamente, o pensamento de Rorty sobre "behaviorismo epistemológico". Esta discussão afeta, por decorrência, a possibilidade de existência da sociologia, como ciência empírica. Com Weber, na parte anterior, foi possível compreender que é possível a sociologia científica, apesar das negações de Rorty. Neste momento, com Lakatos, é necessário aprofundar e desenvolver a possibilidade de existência da própria epistemologia.

Assim, em outro patamar, será efetuado mais um enfrentamento dos problemas que envolvem o "behaviorismo epistemológico". De que maneira? A partir da idéia de "programas de pesquisa científica" de Lakatos. Por sua vez, a sociologia weberiana pode ser focada como "programa de pesquisa", permitindo, portanto, retomar e desenvolver, adequadamente, algumas idéias, anteriormente discutidas, sobre os "tipos ideais". Para Weber, os "tipos ideais" são, metodologicamente falando, o modo de "explicar" a ação social, sem que os "valores" puxem a sociologia para a arena da "crença". A visão científica weberiana da sociologia torna factível submeter os "valores", socialmente criados, à observação empírica. Enfim, o pensamento de Rorty será mais uma vez submetido a crítica, por meio das idéias de Lakatos.

### **III - PROGRAMAS DE PESQUISA CIENTÍFICA DE LAKATOS E O BEHAVIOREISMO EPISTEMOLÓGICO DE RORTY**

**A ciência não é um sistema de enunciados certos ou bem estabelecidos, nem é um sistema que avance continuamente em direção a um estado de finalidade. Nossa ciência não é conhecimento (episteme): ela jamais pode proclamar haver atingido a verdade ou um substituto da verdade, como a probabilidade". KARL POPPER (1975:305)**

O problema tratado nesta parte da reflexão pode ser resumido em termo do debate sobre a definição de ciência. Atingir a verdade é o fim desejado da ciência, mas a ciência não pode "proclamar haver atingido a verdade ou um substituto da verdade", como diz Popper (1975:305). Por sua vez, Freitas (2000:27) traduz as idéias de Popper da seguinte maneira:

**"penso que se a ciência é um empreendimento autocorretivo é exatamente porque o que há de importante em relação às teorias científicas é o fato de não ser necessário 'estarmos justificados em acreditar' nelas. Necessário, em relação a essas teorias, é que sejamos capazes de criticá-las, o que envolve compreender algumas de suas implicações, derivar algumas consequências testáveis, compará-las com outras teorias e explicar porque elas exibem a trajetória que exibem ao longo do tempo".**

Sendo assim, Freitas (2000:27) conclui que "a idéia popperiana (...) de que a ciência é um empreendimento autocorretivo, demole (...) a idéia, que Rorty advoga, de que conhecimento tem alguma coisa a ver com crença ou com justificção de crença". Todavia, permanece a questão da possibilidade de desenvolvimento de uma visão científica do conhecimento, pois como diz Freitas (2000:30), retomando uma tese de Rorty, "a epistemologia tomou o caminho errado ao se incomodar com a pergunta do cético epistemológico, qual seja: como saber se nossas representações internas são acuradas? (...) A questão, entretanto, está em saber por que esta é uma má pergunta".

Para Rorty é impossível saber o quando as representações são verdadeiras. A resposta de Popper pode ser encontrada, de maneira desenvolvida, em Lakatos, com a idéia dos "programas de pesquisa científica". Segundo Freitas (2000:30) Rorty, por seu lado, "decretou intransponível (...) transpor o fosso" entre a explicação científica (representação) e a realidade, seja qual for.

Todavia, acompanhar Popper, associado ao desenvolvimento que Lakatos realizou de suas idéias, é um caminho promissor para se saber como a teoria sociológica, caso particular de realização da ciência, deve ser reconhecida como uma ciência empírica da realidade social. Para tanto, primeiro apresentar-se-á a compreensão popperiana de ciência e, em seguida, o conjunto de proposições que qualificam a idéia de Lakatos de "programas de pesquisa científica" como uma concepção realista do "como", efetivamente, é construído o conhecimento científico. Tudo isso será útil, tanto para provar que existe a sociologia científica, quanto para refutar o "behaviorismo epistemológico".

No conhecimento científico, segundo Popper, as teorias são testadas, analisadas e remodeladas. A crítica é a essência da racionalidade científica. Sem raciocínio crítico não há ciência. A ciência é um sistema de conhecimento obtido através do caminho racional. Sempre, a ciência é criação humana. Neste sentido, Popper (1982:63) pergunta, então, "existe um critério para classificar uma teoria como científica?" A resposta a essa pergunta busca, fundamentalmente, captar a lógica do desenvolvimento da ciência. A questão do "critério" em Popper, diz respeito à demarcação entre ciência e não-ciência. Como destacado acima, o critério para o isolamento das ciências sociais na "caixa" de não-ciência, advém das ciências naturais. Na realidade, para Popper, a dificuldade de se fazer distinção entre essas ciências está no erro de aceitar a validade do método indutivo vinculado à explicação causal. O erro é o seguinte: não aceitação de que o indutivismo exclui a explicação. Para Popper (1982:66), "o critério que define o *status* científico de uma teoria é sua capacidade de ser refutada ou testada". Popper (1978:15), enfim, afirma que

**"como em todas as outras ciências, estamos, nas ciências sociais, sendo bem ou mal sucedidos, interessantes ou maçantes, frutíferos ou infrutíferos, na exata proporção à significância ou interesse dos problemas a que estamos ligados;(...) Contudo, estes problemas práticos conduzem à especulação, à teorização, e, portanto, a problemas teóricos".**

Assim, para Popper, "todas as ciências" elaboram teorias científicas mais ou menos explicativas. O problema científico em jogo, também para as ciências sociais, está na capacidade ou não da ciência em atribuir causalidade lógica ao que pretende explicar. Popper propõe que as teorias sejam formuladas da maneira menos ambígua possível, facilitando a refutação. O *status* científico de uma teoria é adquirido pela sua capacidade de ser refutada ou testada. A refutabilidade é um "critério" de demarcação entre o que é ciência e o que não é ciência. Para Rorty não há tal "critério", pois a ciência é resultado do acordo

sobre qual explicação deve ser aceita, não de um "critério". "Behaviorismo epistemológico" é um exercício de especulação sobre a impossibilidade desse ou de qualquer outro "critério" para se definir ciência. O "critério" popperiano parte do pressuposto de que a teoria não surge dos dados observados, pois a observação não precede à teoria. Toda observação pressupõe uma teoria e é seletiva. Portanto, Popper (1982:75) nega a indução como "critério" de cientificidade, ao ponderar que:

**"em vez de esperar passivamente que as repetições nos imponham suas regularidades, procuramos de modo ativo impor regularidades ao mundo. Tentamos identificar similaridades e interpretá-las em termos de leis que inventamos. Sem nos determos em premissas, damos um salto, para chegar a correlações - que podemos precisar pôr de lado, acaso as observações não corroborem".**

Portanto, o ideal de ciência proposto por Popper, em termo do método empírico dedutivo, diferentemente do "behaviorismo Epistemológico" rortyano, não se perde nas "conversações" entre os pares, na procura de "acordos" sobre as "crenças" aceitáveis. Mas, como ensina Popper, é preciso que os cientistas dêem um "salto", a partir de teorias que inventam, para descobrir as "correlações" entre os objetos pesquisados. Rorty reduz a ciência a tal "conversação" entre os cientistas. Nos termos de Popper, a explicação causal é algo sempre incompleto por poder suscitar sempre um outro porquê. Ciência é um processo interminável de correção e aproximação da verdade. Donde se conclui que entre cientistas não acontece a "conversação" rortyana, mas acontece uma verdadeira guerra entre suas teorias. Assim, "ciência" é a tentativa de solucionar um conjunto de problemas definidos pelos cientistas. Em termos popperianos, "conversação" (subjetivismo) entre cientistas, da maneira rortyana, é compreendida como "intersubjetividade" entre cientistas. Popper (1980:18) a define da seguinte maneira:

**"o teste intersubjetivo é meramente um aspecto muito importante da idéia mais geral da crítica intersubjetiva, ou em outras palavras, da idéia de controle racional mútuo por meio da discussão crítica".**

Resumindo, o conhecimento objetivo para Popper é um grande empreendimento que busca, permanentemente, soluções para os problemas envolvidos na passagem do universo abstrato da teoria para o universo concreto dos fatos. O progresso na ciência se dá através do englobar, reformular e até com a destruição de teorias anteriores. Assim, a evolução da consciência e do pensamento em direção a uma abstração progressiva - ordenação constante dos fenômenos além das primeiras aproximações do real - depende, em grande medida, da superação dos obstáculos epistemológicos. Daí, se, por exemplo, o "behaviorismo epistemológico" estiver correto, que conseqüências epistemológicas haverá para as ciências sociais? A mais óbvia, portanto, é a conclusão de que a sociologia não é ciência. Por outro lado, Popper demonstra que fazer ciência, exata ou social, é construir teoria que nada mais é que um sistema de sentenças e hipótese gerais, nas quais se inserem e são integrados os casos singulares. Desta maneira, a atitude frente aos objetos de pesquisa, tanto das coisas que ocorrem no mundo da natureza, quanto no mundo social, deve ser a de se considerar como válido a obediência aos "critérios" de objetividade e de cientificidade enunciados por Popper.

Na realidade do mundo científico existe um método para fazer ciência, mas, também, pode existir, obviamente, diferentes técnicas, dependendo da área de estudo.



Alguns equívocos surgem nessa relação entre método e técnica, quando se discute ciência do social. A principal confusão está relacionada com a não diferenciação entre método e técnica. Como método deve-se compreender o fundamento lógico, através do qual é aceita ou rejeitada uma teoria. Se se parte dessa definição de método, não se cai na discussão da diferença entre o método das ciências sociais e o método das ciências naturais. Ainda mais, fora dessa discussão irrelevante (existe ou não dois métodos), é possível afirmar que há uma única lógica de validação do conhecimento científico. Assim, o correto, em epistemologia, o método é, rigorosamente, o mesmo para as ciências sociais e para as ciências naturais. A técnica de investigação científica, por sua vez, pode ser diferente de uma área para outra do conhecimento científico: da matemática à química, da física à biologia, da sociologia à semiótica etc. Esta explicação sobre a existência de um único método em ciência pode por fim à "conversação" rortyana entre cientistas, pois manter a distinção de método entre as ciências é um argumento forte para a corroboração dos pressupostos do "behaviorismo epistemológico", pois o assunto da "conversação" pode ser qual o método é acertado, naquele momento, entre os cientistas.

Deste ponto, com Lakatos, pode-se avançar na questão popperiana quanto ao "problema da demarcação", isto é, a caracterização do que é ciência empírica. Lakatos (1979) em seu ensaio: **"O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica"** separa Popper em dois, para em seguida juntá-lo em outro patamar, mais desenvolvido em termos da compreensão do "como" é realizada a pesquisa científica. Lakatos (1979:112) diz que:

**"na lógica da descoberta científica de Popper se fundem duas posições diferentes(...) o 'falseacionismo metodológico ingênuo'(...) e uma posição mais sofisticada cuja racionalidade não se baseia no falseacionismo 'ingênuo'(...) - a posição mais forte de Popper que(...)apresenta as revoluções científicas(...)como progresso racional".**

O "behaviorismo epistemológico" de Rorty se debate com os pressupostos do que seja a ciência ou sua impossibilidade de se justificar epistemologicamente, reproduzindo em seus argumentos críticos à epistemologia, alguns pontos do que Lakatos denomina de "falseacionismo metodológico ingênuo". Este padrão de concepção de ideal de ciência pode ser utilizado como prova de que Rorty tem razão quanto ao fim da epistemologia, ao se comparar o seu pensamento e os pressupostos do que seja o "falseacionismo ingênuo". Por isso, muitas vezes, pode-se concordar com Rorty, quando seus argumentos são utilizados para negar o Popper "ingênuo". Neste ponto, o Rorty se aproxima daquelas idéias de que a sociologia não é ciência, mas "discurso" sobre a realidade social, dado que não consegue obedecer às exigências do "falseacionismo metodológico ingênuo", tomado como padrão tradicional de cientificidade.

Lakatos (1979:113) diz que "o justificacionismo, isto é, a identificação do conhecimento com o conhecimento provado, foi a tradição dominante do pensamento racional no correr dos séculos". O ceticismo rortyano que justifica sua negação da epistemologia pode ser criticado ao se acompanhar o próprio desenvolvimento da epistemologia. O ponto "sofisticado", elaborado por Lakatos, a partir de Popper, do que seja epistemologia, é o ponto ótimo da refutação do "behaviorismo epistemológico" de Rorty. Pois se é possível provar, empiricamente, que a ciência progride racionalmente, por meio de um método científico de pesquisa, o que restará ao pragmatismo de Rorty, quando se aventura a tentar "matar" a epistemologia, à luz do debate epistemológico? Sobrará,

talvez, sua utilidade às especulações irracionalistas, místicas e supersticiosas, as quais só dependem, para suas existências, do "acerto de contas" entre os "conversadores" crentes do "hehaviorismo epistemológico".

Na história do desenvolvimento da epistemologia, Lakatos vai identificar as principais argumentações e contra-argumentações das possibilidades de se explicar racionalmente o progresso da ciência. Num extremo estão os "céticos justificacionistas", pregando a impossibilidade da existência da epistemologia, isto é, a negação forte da explicação racional para a evolução da pesquisa científica. Como resistências aos céticos, encontram-se os "racionalistas" (com os princípios sintéticos a priori) e os "empiristas" (com a inferência indutiva). Os "justificacionistas clássicos" enfrentaram as críticas dos céticos elaborando o "probabilismo", com o qual tentavam salvar as teorias científicas de sua identificação com a ilusão e o sofisma. "Probabilismo" ou "neojustificacionismo" apregoa que as teorias científicas têm diferentes graus de probabilidade, dependendo das evidências empíricas disponíveis.

Popper encontra sua evidência no "falseacionismo". Lakatos (1979:111) diz que Popper representa um importante avanço na construção da epistemologia, por ter compreendido que a "virtude não está na cautela em evitar erros, mas na implacabilidade com que se eliminam esses erros. Audácia nas conjecturas de um lado e austeridade nas refutações de outro: essa é a receita de Popper". Assim, a ciência é um empreendimento que produz "revolução permanente" em seu processo evolutivo. O "falseacionismo" nega o "justificacionismo", como diz Lakatos (1979:115), graças ao Popper, que caracteriza as teorias científicas de maneira que "todas as teorias não são apenas igualmente indemonstráveis, mas também igualmente improváveis".

Toda essa discussão sobre as possibilidades da explicação racional para o fazer científico, possibilita a Lakatos, não só descrever com nuances o debate em tela, mas principalmente compreender o processo de desenvolvimento da epistemologia. Do patamar epistemológico do "falseacionismo", Lakatos faz a classificação dos falseacionistas em "dogmáticos" e "metodológicos". Lakatos (1979:117-18) afirma que, além do mais,

**"de acordo com a lógica do falseacionismo dogmático, a ciência cresce mediante o repetido derrubamento de teorias com a ajuda de fatos concretos. (...)Desse modo, a ciência avança através de especulações ousadas, que nunca são demonstradas nem mesmo probabilizadas mas algumas das quais, mais tarde, são eliminadas por refutações concretas e conclusivas e logo substituídas por novas especulações ainda mais ousadas, e, pelo menos no início, não-refutadas. (...) O falseacionismo dogmático, no entanto, é insustentável. Repousa sobre duas suposições falsas e sobre um critério demasiado rigoroso de demarcação entre o científico e o não-científico".**

As suposições falsas são "o enfoque dogmático" do método científico e a "doutrina da prova experimental". Estas suposições permitem refutar uma teoria científica, quando houver um argumento empírico. Pela lógica dedutiva, pelo fato de ser passível de teste, transfere-se à teoria que está sendo testada o complemento de um critério de demarcação: teoria é científica se tem base empírica que impede outras hipóteses. Contudo, a psicologia, a lógica e o julgamento metodológico refutam o falseacionismo dogmático. Lakatos (1979:120-21) apresenta as refutações:

**"(1): não há demarcação natural(isto é, psicológica) entre as proposições observacionais e as teóricas; (2): nenhuma proposição fatural pode ser provada a partir de uma experiência; (3): o falseacionismo dogmático inútil para eliminar teorias científicas. (Enfim) não podemos**

**provar teorias e tampouco podemos refutá-las e as proposições só se podem derivar de outras proposições, não podem derivar de fatos: não se pode provar afirmações com experiências"**

Lakatos (1979:123-4), a partir de toda essa negação do falseacionismo dogmático pretende argumentar que teorias "maduras", na história da ciência, não são refutáveis dessa maneira. Também, uma teoria probabilística universal não pode ser refutada, pelos padrões do falseacionismo dogmático. Enfim, o falseacionismo dogmático é antiteórico. O resumo da ópera é o seguinte: "os justificacionistas clássicos só admitiam teorias provadas; os justificacionistas neoclássicos, teorias prováveis; os falseacionistas dogmáticos compreenderam que nenhum desses casos era admissível em teorias". Tudo isso tem utilidade, além do conhecimento da história do desenvolvimento da epistemologia. A importância está na percepção de Lakatos de que o critério de demarcação do falseacionismo dogmático é inaceitável, com os argumentos do falibilismo teórico. Se verdadeiro, restaria o ceticismo quanto ao progresso racional da ciência, pois as teorias científicas não se desenvolvem obedecendo aos critérios do falseacionismo dogmático. Eis a brecha que seria preenchida com "behaviorismo epistemológico", como descrição "real" de como as teorias são criadas e desenvolvidas. Todavia, apesar dessa descrição dos conflitos epistemológicos, no interior da história do progresso científico, a questão inicial permanece com as seguintes perguntas de Lakatos (1979:125):

**"se as teorias científicas não podem ser provadas, nem probabilizadas, nem refutadas, os céticos parecem ter finalmente razão: a ciência não passa de uma vã especulação e não existe progresso no conhecimento científico. Ainda podemos opor-nos ao ceticismo? Podemos salvar a crítica científica do falibilismo? É possível Ter uma teoria falibilística do progresso científico? Em particular, se a crítica científica é falível, baseados em que podemos algum dia eliminar uma teoria?"**

Popper, segundo Lakatos (1979:128-9), "dispôs-se a encontrar um critério que fosse, ao mesmo tempo, mais objetivo e mais agressivo. Ele não poderia aceitar a debilitação do empirismo". O "falseacionismo metodológico" popperiano compreende que

**"nas 'técnicas experimentais' do cientista estão envolvidas teorias falíveis, à 'luz' das quais ele interpreta os fatos. Apesar disso, 'aplica' essas teorias, encara-as como contexto dado, não como teorias que estão sendo testadas, mas como conhecimento não-problemático de fundo 'que nós aceitamos(tentativamente) como não-problemático enquanto testamos a teoria'"**

Deste modo, o "falseacionismo metodológico" é muito diferente do "falseacionismo dogmático". No cotidiano do fazer científico, o "falseacionismo metodológico" está mais próximo do que, realmente, ocorre na criação e desenvolvimento de teorias. Por exemplo: se uma "base empírica" nega uma teoria, o que acontece com a teoria? Ela é "falseada", mas não refutada, pois ainda pode ser verdadeira. É assim que se consegue no fazer científico conciliar o falibilismo com racionalidade (não-justificacionista). Assim, um número muito maior de teorias pode ser qualificado de "científico". Lakatos (1979:133) diz que

**"além disso, as teorias probabilísticas fazem jus agora à qualificação de 'científicas'; embora não sejam falseáveis, podem facilmente tornar-se 'falseáveis' por uma decisão adicional(...)que o cientista pode tomar especificando certas regras de rejeição capazes de tornar a evidência estatisticamente interpretada 'inconsistente' com a teoria probabilística".**

Permanece, contudo, a dificuldade para o falseacionista metodológico especificar a demarcação, quando precisar decidir entre várias possibilidades de eliminação de "fenômenos anômalos" numa "experiência crucial". Mesmo assim, o "falseacionismo metodológico" continua sendo uma maneira adequada de associação positiva entre crítica vigorosa com o falibilismo. Lakatos (1979:136) reconhece que "o falseacionismo metodológico representa um avanço considerável para além do falseacionismo dogmático e do convencionalismo conservador".

Lakatos (1979:140-1) constata que a história do desenvolvimento da ciência não é igual à teoria que descreve a racionalidade científica de tal progresso científico. Será que, sendo verdade essa constatação, a disciplina metodologia desaparece? Não. A saída foi substituir as versões de "falseacionismo ingênuo" por uma versão "sofisticada". Assim, pelo caminho popperiano, Lakatos elaborou "um novo fundamento lógico para o falseamento, julgando que por esse modo, salvaria a metodologia e a idéia de progresso científico". Vale destacar que se pode afirmar que o "behaviorismo epistemológico" se nutre do "falseacionismo ingênuo", no sentido de que essa maneira de apresentar a racionalidade do fazer ciência corrobora com as principais teses de Rorty, o qual labuta na trilha dos céticos, procurando em cada ponto fraco da compreensão científica do progresso da ciência uma maneira de matar a epistemologia através dos seus próprios pressupostos. O "falseacionismo ingênuo", deste modo, pode "alimentar" o crescimento do "behaviorismo epistemológico".

Lakatos (1979:141) explica que para o "falseacionismo sofisticado" uma teoria "só será 'aceitável' ou 'científica' se tiver um excesso corroborado de conteúdo empírico em relação à sua predecessora (ou rival), isto é, se levar à descoberta de fatos novos". Assim, a nova teoria (excesso de conteúdo empírico) possui parte desse excesso de conteúdo que é testável. Ainda faz parte da avaliação da nova teoria, o fato de ela não ser avaliada isoladamente, mas no interior de uma série de teorias, isto é, não é tratada como uma teoria isolada. Lakatos (1979:145) afirma, neste sentido, que

**"o progresso mede-se pelo grau em que uma transferência de problemas é progressiva, pelo grau em que a série de teorias nos conduz à descoberta de fatos novos. Consideramos 'falseada' uma teoria da série quando ela é suplantada por uma teoria com um conteúdo corroborado mais elevado".**

Em termos metodológicos é assim que o "critério" de demarcação toma novo sentido: "sofisticado", isto é, as avaliações das explicações científicas podem ser compreendidas em termos de "transferência progressiva" e "degenerativa" de problemas. Lakatos (1979:145) sintetiza este novo "estado da arte" da disciplina metodologia, do seguinte modo:

**"o falseacionismo sofisticado transfere o problema da avaliação de teorias para o problema da avaliação de séries de teorias. Só de uma série de teorias se pode dizer que é científica ou não-científica, nunca de uma teoria isolada; aplicar o termo 'científico' a uma única teoria é incorrer num erro de categoria".**

O "falseacionismo sofisticado" de Lakatos, ainda, sugere que é possível trocar qualquer hipótese por outra melhor, ao invés de trocar a teoria, enquanto não surja uma teoria melhor. Enfim, diz Lakatos (1979:149): "o falseacionismo metodológico sofisticado oferece novos padrões para a honestidade intelectual (...) apresentando novas teorias que

antecipassem fatos novos, e rejeitando teorias que tivessem sido suplantadas por outras, mais vigorosas". Lakatos (1979:150) afirma, conclusivamente, que:

**"o falseacionismo metodológico sofisticado mistura várias tradições diferentes. Dos empiristas herdou a determinação de aprender principalmente com a experiência. Dos kantianos tirou o enfoque ativista da teoria do conhecimento. Com os convencionalistas aprendeu a importância das decisões em metodologia".**

Todavia, avança Lakatos (1979:158) com a ponderação: são necessários "novos processos purificadores adicionais" (...). O problema não deveria ser colocado, em termos de se saber se uma 'refutação' é real ou não.(...). O problema é saber que teoria considerar interpretativa (fatos 'concretos') e que teoria como explanatória ('tentativamente os explica)". Desta maneira, há avanço na reflexão sobre epistemologia, quando Lakatos (1979:161) afirma categoricamente, frente ao exposto até aqui, que "os principais problemas da lógica da descoberta só podem ser satisfatoriamente discutidos na estrutura de uma metodologia dos programas de pesquisa".

Desta perspectiva, a reflexão sobre o progresso da ciência só é relevante, epistemologicamente, quando realizado sobre "programas de pesquisa". Assim, para Lakatos (1979:163) um "programa de pesquisa será bem-sucedido se tudo isso conduzir a uma transferência progressiva de problemas, porém, mal sucedido se conduzir a uma transferência degenerativa de problemas". Transferência progressiva é o aumento de conteúdo (transferência de problemas) teórico e empírico (intermitentemente progressiva).

Frente à idéia de "programas de pesquisa", a compreensão do "como" a ciência, realmente, funciona, o que pensar da proposta de Rorty? O "behaviorismo epistemológico" seria o "discurso" sobre o fracasso das teorias isoladas, que procuram justificativas para continuar existindo, fora dos "programas de pesquisa"? A "conversação" entre cientistas sobre suas teorias isoladas dos programas de pesquisa é o campo científico descrito e criticado por Rorty. Pensar a ciência desta perspectiva é incorrer no erro que Lakatos (1979:145) denominou de "erro de categoria".

A conseqüência para a argumentação de Rorty é a de que sua crítica mirou os "programas de pesquisa", mas acertou a avaliação de teorias, não série de teorias. Rorty tem razão quando reduz o fazer científico à "conversação", sem critério para apartar o científico do não científico, quando seus argumentos espelham as teorias isoladas, com seus cientistas tentando salvar tais teorias, convencendo seus pares da validade de suas afirmações "científicas". Aí se localiza o meio de reprodução do "behaviorismo epistemológico", ou melhor, "o covil da serpente": o irracionalismo, produto e resultado mais sofisticados do "ceticismo justificacionista" (Lakatos, 1979:114). Em Freitas (2000:37) podem-se encontrar argumentos que corroboram as afirmações acima, ao concluir que

**"a proposta de Rorty de que devemos nos limitar a apontar estados de coisas particulares, e a de Latour de que não há nada no mundo a não ser as maneiras particulares pelas quais certas entidades singulares se encadeiam uma às outras em circunstâncias particulares, ambas tão amplamente aceitas nos dias atuais, são apenas um lamentável legado desta visão pré-darwiniana do conhecimento subjacente ao projeto naturalista de Hume".**

Lakatos (1979) pode ser útil para demonstrar as impropriedades epistemológicas de Rorty, mesmo quando o "behaviorismo epistemológico" parece ter algum sentido epistemológico, quando se discute o problema da "refutação" de teorias. Lakatos

(1979:165) constata que "poucos cientistas teóricos empenhados num programa de pesquisa, ao longo prazo, dão indevidas atenções às 'refutações'". O programa de pesquisa tem a "heurística positiva" (flexível e avança aos poucos): o modo de desenvolver, sofisticar e proteger a teoria com modelos que simulam a realidade (exercício de "refutação") com "variantes refutáveis" (impedindo que o cientista se perca num "oceano de anomalias"); e a "heurística negativa" (menos flexível) que especifica o "núcleo" que é "irrefutável" por decisão metodológica, ignorando os "dados" disponíveis.

Tudo isso demonstra o quanto a realidade da pesquisa científica torna irrelevante as "refutações" de Rorty quanto à existência de uma epistemologia que explicasse como se realiza a produção científica. Colocar no lugar dos "programas de pesquisa" o "behaviorismo epistemológico" é demonstrar desconhecimento do "estado da arte" da disciplina epistemologia. Realisticamente, Lakatos (1979:168) conclui que "a metodologia dos programas de pesquisa científica explica a relativa autonomia da ciência teórica (...) [porque] os programas de pesquisa são determinados pela heurística positiva do programa".

Deste ponto, Lakatos (1979:191) levanta outro problema relevante: "como são eliminados os programas de pesquisa?" A maneira é a seguinte: "um programa de pesquisa rival que explica o êxito anterior de seu rival e o suplanta por uma demonstração adicional de força heurística". Deste momento, programas rivais, pouco a pouco, invadem o território uns dos outros. Lakatos (1979:194) denomina esse processo de um programa novo enxertar-se num programa velho de "simbiose competitiva". Caso isso ocorra, diz Lakatos (1979:213), "o *status* de uma experiência tão 'crucial' depende do *status* da competição teórica em que se acha envolvida". É óbvia a diferença entre "simbiose competitiva" e "conversação" entre cientistas para Rorty, não é? Portanto, Lakatos (1979:214) da perspectiva dos programas de pesquisa, nos ensina a perder a ingenuidade de acreditar que:

**"existem experiências cruciais (...) capazes de derrubar instantaneamente um programa de pesquisa. [Todavia, ocorre que] quando um programa de pesquisa sofre uma derrota e é suplantado por outro, podemos - numa longa visão retrospectiva - chamar crucial a uma experiência se se verificar que ele propiciou uma corroboração espetacular do programa vitorioso e o fracasso do programa derrotado".**

A conclusão da conclusão de Lakatos (1979:216) ensina, mais uma vez, que a "Coruja de Minerva voa ao cair da noite. (...) A continuidade da ciência, a tenacidade de algumas teorias, a racionalidade e certas doses de dogmatismo só poderão ser explicados se interpretarmos a ciência como um campo de batalha onde pelejam programas de pesquisa muito mais do que teorias isoladas". Com razão, Lakatos (1979:217) bate o martelo: "ciência madura consiste em programas de pesquisa (...). Ciência madura - à diferença do ensaio-e-erro corriqueiro - tem força 'heurística". Assim, se o "behaviorismo epistemológico" continua existindo, apesar de não explicar nada a respeito dos "programas de pesquisa", se deve a "conversação" inútil entre cientistas isolados, fora da "ciência madura".

Portanto, Lakatos demonstrou ser possível, com seus argumentos, a compreensão da "racionalidade científica" da produção dos cientistas, no interior de uma "ciência madura". Seguiu Popper (do falseacionismo dogmático/ingênuo ao falseacionismo metodológico), mas o superou com a invenção epistemológica da idéia dos "programas de pesquisa". Desta maneira, Lakatos (1979:219) conseguiu desenvolver uma epistemologia capaz de compreender a "rotina" do "como" se faz ciência, de maneira "normativa" com "óculos popperiano".

## IV - EXPLICAÇÃO CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E NATURAIS

**"Estamos aprendendo a ver nossa imagem, simultaneamente, no espelho da autoconsciência e em outro espelho, maior e mais distante. Como a ascensão das ciências naturais foi mais precoce, seu rápido avanço e a ascensão das ciências sociais e humanas constituem juntos, hoje em dia, uma força impulsionadora e um sintoma dessa mudança". ELIAS (1994:86)**

E as ciências sociais? É um programa de pesquisa? O falseacionismo sofisticado ao combinar voluntarismo, pragmatismo e teorias realistas do crescimento da pesquisa empírica, diz algo sobre como deveriam ser as ciências sociais? A análise lógico-metodológica, das teorias científicas, efetuada em termos de "programas de pesquisa" tem um caráter menos especulativo e mais realista, em relação ao processo de desenvolvimento empírico das teorias científicas. A perspectiva metodológica da idéia da ciência enquanto "programas de pesquisa" destaca, fortemente, o caráter conjectural e aberto de todo o conhecimento humano (falibilismo). Ou melhor, se é teoria científica é conjectural e falível. Contudo, como foi destacado anteriormente, a ascendência das ciências naturais sobre as ciências sociais, em termos metodológicos, é sustentada pelo modelo epistemológico empirista (indutivismo), como o método adequado de fazer ciência. Após ter se explorado as idéias envolvidas no que Lakatos denomina de "programas de pesquisa", tais argumentos separando ciências sociais e naturais, parecem argumentações do "senso comum", não é verdade? Na realidade, com a idéia de progresso da ciência, nos moldes dos "programas de pesquisa", possibilita, assim, às ciências sociais livrarem-se, definitivamente, da dominação infundada (negação do reconhecimento de ciência) exercida pelas ciências naturais, enquanto parâmetro ou poder metodológico (autoridade da ciência para impor a metodologia indutivista), ou melhor, do campo das ciências naturais "ditar" o grau de cientificidade do outro campo (ciências sociais), de tal maneira influente que monopoliza até os termos em que se dão as reflexões epistemológicas.

Na realidade, a própria ciência natural possui um grande problema metodológico (quando fora da concepção de ciência como "programas e pesquisa"): o que fazer com a indução? A indução, essencialmente, é um instrumento da epistemologia justificacionista (certeza/verificação forte e probabilidade/verificação fraca). Se a indução (refutada por Popper como "critério" de cientificidade) impede a concepção falibilista, como a ciência natural vai afastá-la do seu cotidiano de pesquisa? Na realidade, os cientistas naturais (fora do campo das "ciências maduras") podem ficar presos, nas "conversações" (teorias isoladas) entre pares, nas questões que envolvem o lugar da indução.

Em particular, o que é adequado às ciências sociais é a idéia de Lakatos de "programas de pesquisa" associado ao método dedutivo de teste, oriundo do funcionamento desses programas, criando contextos metodológicos propícios ao desenvolvimento das ciências sociais. Como foi explorado até aqui, a sociologia weberiana pode ser compreendida como um "programa de pesquisa".

Deste ponto, pode-se dar mais um passo nesta reflexão, fazendo algumas perguntas cruciais para o desenvolvimento científico das ciências sociais. Será que traçar uma linha separando a ciência do social da ciência do mundo natural é a forma mais adequada de percepção dos limites e desenvolvimento desses "programas de pesquisa"? Será que não se pode pensar, retrospectivamente, numa "simbiose competitiva" entre as ciências sociais e as ciências naturais? Será que é errônea a "simbiose competitiva" entre as ciências sociais e a biologia e a psicologia? Será que a divisão do trabalho intelectual, com a divisão ciências do mundo social e ciências do mundo natural, beneficia as ciências sociais?

Elias (1994:84-5) ao refletir sobre a autonomia da sociologia chama atenção para o fato de que o conhecimento sobre a sociedade não é uma coisa que tem existência *a priori*, isto é, não pode ser separada do mundo social. A sociologia percorreu um longo trajeto para alcançar a autonomia em relação à filosofia, enquanto concepção "metafísica" do social. A autonomia foi possível quando a sociologia delimitou seu campo de pesquisa científica através de "três coordenadas básicas da vida humana: a formação e o posicionamento do indivíduo dentro da estrutura social, a própria estrutura social e a relação dos seres humanos sociais com os acontecimentos do mundo não-humano". Para Elias (1980:47) tais coordenadas anunciaram "outra 'revolução copernicana'". Assim, as pessoas podem ser consideradas como indivíduos, sociedade e formações naturais, em termos de fenômenos acessíveis à verificação empírica.

Elias (1994:89), afirma, ainda, que "os homens têm condição de saber que sabem; são capazes de pensar sobre seu próprio pensamento e de se observar observando". Estes são os problemas básicos da epistemologia no campo das ciências sociais. Elias (1994:94) oferece uma síntese desse problema epistemológico, da seguinte maneira:

**"a prolongada discussão sobre o conhecimento girou, basicamente, em torno desta questão: será que os sinais que o indivíduo recebe através dos sentidos são inter-relacionados e processados por uma espécie de mecanismo inato, chamado 'inteligência' ou 'razão', de acordo com leis mentais comuns a todas as pessoas, eternas e preexistentes à experiência, ou será que as idéias formadas pelo indivíduo com base nesses sinais simplesmente refletem as coisas e as pessoas tais como são, independentemente de suas idéias? Houve posições intermediárias, soluções conciliatórias e sínteses, mas todas elas se situam em algum ponto do *continuum* entre esses dois pólos".**

As filosofias metafísicas da atualidade, como a de Rorty, situam-se em "algum ponto do *continuum* descrito por Elias, mas as ciências sociais se livraram desse *continuum*, como referência aos seus problemas epistemológicos, isto é, não se perde mais como o filósofo ("estátua pensante"),<sup>7</sup> entre as idéias sobre a existência supra-individual ou individual do ser humano. As "coordenadas" da vida humana são percebidas pelo desenvolvimento da dimensão social. A autonomia da sociologia da filosofia ocorreu quando o sociólogo atravessou o "fosso" entre o individual e o social, por meio, como foi descrito anteriormente, da construção dos "tipos ideais".

Lakatos, por sua vez, consolidou a possibilidade da compreensão da explicação científica, através de mecanismos racionais, ao descrever o processo de criação científica como "programas de pesquisa". Todavia, as ciências sociais continuam separadas das

---

<sup>7</sup> ELIAS (1994:97): descreve como é o olhar filosófico através dessa parábola: "cada estátua forma sua própria opinião. Tudo o que ela sabe provém de sua própria experiência. Ela sempre foi tal como é agora. Não se modifica. Enxerga. Observa. Há algo acontecendo do outro lado. Ela pensa nisso. Mas continua em aberto a questão de se o que ela pensa corresponde ao que lá está sucedendo. Ela não tem meios de se convencer. É imóvel. E está só. O abismo é profundo demais. O golfo é intraspônel".



ciências naturais. Em relação à autonomia das ciências sociais, referente à filosofia, permanecem as ciências sociais separadas em termos teórico e metodológico das ciências naturais. Se foi útil no período de sua consolidação como área de conhecimento particular e autônomo, será que continua sendo válida, metodologicamente, tal separação? Por que não explorar positivamente a aproximação em razão da "simbiose competitiva", já em andamento? Wilson (1999:173) faz, nesse sentido, uma ponderação pertinente:

**"as pessoas esperam das ciências sociais - antropologia, sociologia, economia e ciência política - o conhecimento para compreender suas vidas e controlar seu futuro. Elas querem o poder de prever, não o desenrolar preordenado dos eventos, que não existe, mas o que acontecerá se a sociedade selecionar uma linha de ação de preferência a outra".**

Mais adiante, Wilson (1999:174) indaga por que as ciências sociais não realizam de maneira recorrente o que as "pessoas esperam"? Mesmo havendo progresso nas ciências sociais, a cooperação entre as áreas que compõem as ciências sociais é lenta, pois "mesmo descobertas genuínas são, muitas vezes, obscurecidas por acerbas discussões ideológicas". A desunião entre os cientistas sociais, em termos de qual modelo metodológico deve prevalecer na realização da pesquisa científica, vem impedindo o avanço mais rápido das ciências sociais no sentido do que é esperado delas: "o conhecimento para (...) controlar o (...) futuro". No interior das ciências sociais, atualmente, "diferentes facções favorecem posições ideológicas que vão do capitalismo *laissez-faire* ao socialismo radical, enquanto uns poucos promovem versões do relativismo pós-modernista que questiona a própria noção de conhecimento objetivo".

Assim, a "lealdade tribal" colabora para o atraso no desenvolvimento científico das ciências sociais. Os cientistas sociais perdidos nestas lutas tribais não encaixam em suas teorias as ciências naturais, como as realidades físicas da biologia e psicologia humanas, nos estudos da cultura. Wilson (1999:175) por outro lado, reconhece que

**"as ciências sociais são hipercomplexas. Elas são inerentemente bem mais difíceis do que a física e química e, por isso, elas - não a física nem a química - deveriam ser chamadas de ciências exatas. Elas apenas parecem mais fáceis porque podemos conversar com outros seres humanos, mas com fótons, glútons e radicais de sulfeto. Por conseguinte, livros-textos demais de ciências sociais são um escândalo de banalidade".**

A razão para tanta "banalidade" em ciências sociais se deve a pouca "atenção aos fundamentos da natureza humana" (Wilson, 1999:176). Assim, nada de biologia nas pesquisas em ciências sociais. "Os sociólogos acadêmicos têm se concentrado perto da extremidade não-biológica do espectro dos estudos da cultura". (Wilson, 1999:178). A sociologia, portanto, está distante das ciências naturais. Não há razão científica para tal distanciamento, ao não ser ideológica. Aqui se reproduz o "behaviorismo epistemológico" rortiano, com certeza. Da mesma maneira que a sociologia se libertou do "*continuum*" filosófico, apresentado anteriormente, veja como se prende em outro "*continuum*" quando de sua relação com as ciências naturais, nas palavras de Wilson (1999:179-80)

**"o Modelo Padrão de Ciência Social vira de cabeça para baixo a seqüência de causação intuitivamente óbvia. As mentes humanas não criam cultura, mas são elas próprias o produto da cultura. Esse raciocínio baseia-se, de novo, no desprezo ou na negação direta de uma natureza humana de base biológica. Seu oposto polar é a doutrina do determinismo genético, a crença de que o comportamento humano está fixado nos genes e que suas propriedades mais**

**destrutivas, como o racismo, a guerra e a divisão de classes, são conseqüentemente inevitáveis. O determinismo genético, segundo os proponentes da forma forte do MPCs, deve ser combatido não apenas por ser factualmente incorreto, mas porque é moralmente errado".**

A maneira de fugir desses extremos, negação da natureza humana e determinismo genético, seria a percepção de um amplo espaço intermediário, no qual se compreende que as "ciências sociais são intrinsecamente compatíveis com as ciências naturais".(Wilson, 1999:180). A compatibilidade de daria da maneira que Lakatos denomina de "programas de pesquisa", isto é, compatibilizar os modos de explicação causal entre ciências sociais e ciências naturais. A ausência de uma teoria social que realize a união entre ciências sociais e ciências naturais, alimenta os discursos que pregam a morte da epistemologia, ou seja, a "conversação" entre os estudiosos pode continuar sem preocupação com tal união.

Na realidade, na percepção de Wilson (1999:183), "uma convergência de fato começou. As ciências naturais, por sua própria rápida expansão de objeto nas últimas décadas, estão se aproximando das ciências sociais". Quatro pontes unem as ciências (naturais e sociais): (1): neurociência cognitiva, (2): genética comportamental humana, (3): biologia evolucionária (sociobiologia) e (4): as ciências ambientais. Eis um exemplo do que Lakatos chamou de "simbiose competitiva". Ciências sociais sendo enxertadas de ciências naturais, dando origem a um novo "programa de pesquisa".

Neste "programa de pesquisa" o padrão de explicação causal é único. Caso esse "novo programa de pesquisa" venha a se concretizar, será possível às ciências sociais se libertarem de suas fidelidades "tribais" e ideológicas, as quais são negadoras das explicações causais dos fenômenos sociais. Por outro lado, a continuidade de tais "fidelidades" metodológicas geraria permanentemente um ambiente favorável à reprodução do "behaviorismo epistemológico" (discurso da impossibilidade da união entre as ciências sociais e naturais)<sup>8</sup>.

Wilson (1999:185) conclui que dessa união o produto mais valioso para as ciências sociais é elas podem "adquirirem poder de previsão". Uma teoria social advinda dessa união teria quatro qualidades, no entendimento de Wilson (1999:189): (1): parcimônia, (2): a generalidade, (3): consiliência (adaptação de uma disciplina aos conhecimentos verificados em outras disciplinas), e (4): capacidade de previsão. Enfim, o "programa de pesquisa" descrito por Wilson (1999:195) pode ser resumido, em suas palavras como o

**"infundir a psicologia e biologia na economia e em outras teorias sociais, o que só lhes pode ser vantajoso, significa trazer à tona e examinar microscopicamente os conceitos delicados de utilidade, perguntando por que as pessoas em última análise tendem para certas escolhas e, estando assim predispostas, por que e sob que circunstâncias agem de acordo com elas. Além desta tarefa está o problema do micro para o macro, o conjunto de processos pelo qual a massa de decisões individuais é traduzida em padrões sociais. E além disso, enquadrado em uma escala de espaço e tempo ainda mais ampla, está o problema da co-evolução, o meio pelo qual a evolução biológica influencia a cultura, e vice-versa. Conjuntamente, esses domínios - natureza humana, transição do micro para o macro e co-evolução gene-cultura - exigem a plena passagem das ciências sociais para a psicologia e, dali, para as ciências do cérebro e a genética".**

---

<sup>8</sup> WILSON(1999:181) afirma que é necessário evitar "definições jocosas do tipo proposto pelo eminente filósofo Richard Rorty(...)". E mais, em sua opinião a proposta de Rorty do que seja hermenêutica é entendida por ele como "uma expressão de esperança de que o espaço cultural deixado pela morte da epistemologia não será preenchido - de que nossa cultura deve se tornar uma em que a exigência de limitação e confrontação não seja mais sentida". Seria ,enfim, a realização do reino da "conversação", sem explicação causal aceitável como verdadeira.

O desenho dessa nova teoria social já está em andamento nos trabalhos científicos que procuram viabilizar tal "programa de pesquisa". As ciências sociais, até hoje, são consideradas eficientes na defesa de sua autonomia metodológica, frente às ciências naturais e à filosofia. O desafio, contudo, agora, se põe, na direção contrária, isto é, na sua capacidade de gerar um "novo" programa de pesquisa, conjuntamente com as ciências naturais. O progresso científico das ciências sociais depende do sucesso dessa união, epistemologicamente, viável e factível, certamente. Os problemas técnicos, por outro lado, também aí envolvidos, são complicadíssimos, realmente. Como diz Wilson (1999:199), "alguns filósofos da ciência desistiram, declarando que as fronteiras entre as ciências naturais e sociais são complexas demais para serem dominadas pela imaginação contemporânea e poderão permanecer para sempre inatingíveis". Estes filósofos, na realidade, só são úteis aos adeptos do "behaviorismo epistemológico", ou seja, oferecem argumentos aos "céticos epistemológicos". Wilson (1999:200) tem razão, enfim, de constatar que "é uma sorte que os próprios cientistas não tenham essas limitações" dos filósofos da "tribo" "behaviorismo epistemológico". Finalizando esse ensaio pode-se repetir com Wilson (1999:200): "não se esqueça de que o Iluminismo original morreu na filosofia, mas não na ciência".

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ELIAS, Norbert.(1980). **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70.
- ELIAS, Norbert. (1994). "As Estátuas Pensantes", In: **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- FREITAS, Renan Springer de. (2000) "A Desforra de Hume". São Paulo: RBCS, Vol. 15, n. 42, fevereiro.
- LAKATOS, Imre. (1979). "O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica", In: **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**.(Org.): Imre Lakatos e Alan Musgrave. São Paulo: Cultrix: Edusp.
- POPPER, Karl.(1975). **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Cultrix; Edusp.
- POPPER, Karl.(1978). **A Lógica das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: UNB.
- POPPER, Karl.(1980). **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores).
- POPPER, Karl. (1982). **Conjecturas e Refutações**. Brasília: UNB.
- POPPER, Karl. (1999). **Conhecimento Objetivo**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia.
- RORTY, Richard.(1998). "Pragmatismo, Filosofia Analítica e Ciência", In: **Filosofia Analítica, Pragmatismo e Ciência**. (Org) Margutti Pinto, P. R. (et all.). Belo Horizonte: ed. UFMG.
- RORTY, Richard.(1997).**Objetivismo, Relativismo e Verdade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- RORTY, Richard.(1994). **A filosofia e o Espelho da Natureza**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- WEBER, Max.(1993). "Estudos Críticos Sobre A Lógica Das Ciências Da Cultura (1906), In: **Metodologia das Ciências sociais**, parte 1. São Paulo: Cortez; Campinas:UNICAMP.

WILSON, Edward Osborne.(1999). **A Unidade do Conhecimento: Consiliência.** Rio de Janeiro: Campus.